

Proj. Lei Compl. n° 257/10

AO EXPEDIENTE  
Em 07 DEZ 2010



Recebido, Autue-se e  
inclua em pauta.  
07 DEZ 2010  
1º Secretário

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa  
07 DEZ 2010  
Protocolo 048/10  
Processo 048/10

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 135, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar que “Institui o Plano Decenal de Educação do Estado de Rondônia e orienta a sua implantação”.

Nobres Parlamentares, o presente Projeto de Lei Complementar tem como objeto a implantação do Plano Estadual de Educação, estabelecendo as Políticas Públicas que nortearão a Educação no Estado de Rondônia durante dez anos (2011 a 2020).

Ressaltamos que o Projeto de Lei Complementar em epígrafe foi amplamente discutido, contém diretrizes, objetivos e metas que foram devidamente deliberadas pelos membros do Comitê Gestor Interinstitucional, bem como nos Fóruns Regionais e no Fórum Estadual de Elaboração do Plano de Educação de Rondônia.

Aproveitamos para enfatizar o caráter democrático, coletivo e participativo que permeou todo processo de elaboração do Plano em tela e a imprescindível contribuição das várias instituições que compõem o Comitê Gestor Interinstitucional, cujo intento almeja melhorar a qualidade da educação ofertada aos estudantes rondonienses.

E certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

JOÃO APARECIDO CAHULLA  
Governador

1552010/12/07 000273 05500610 151021000 00 15:000 00

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO  
07 DEZ 2010  
Nome



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui o Plano Decenal de Educação do Estado de Rondônia e orienta a sua implantação.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Estadual de Educação do Estado de Rondônia – PEE/RO, anexo a esta Lei Complementar.

Parágrafo único. O PEE/RO tem o objetivo de garantir diretrizes, objetivos e metas para atender a educação no estado de Rondônia no período de dez anos (2011 a 2020).

Art. 2º. A partir da vigência desta Lei Complementar, os Municípios deverão, com base no Plano Estadual, elaborar e/ou adequar seus planos decenais correspondentes.

Art. 3º. O Estado e os Municípios deverão prever os recursos financeiros nos seus Planos Plurianuais, em conformidade com os objetivos e metas visando assegurar a execução do Plano Decenal de Educação.

Art. 4º. As Secretarias Municipais de Educação, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, serão os órgãos responsáveis pelo processo de divulgação, implantação e implementação do Plano Estadual de Educação.

Art. 5º. A execução do Plano será efetivada por meio da realização de ações para atendimento dos objetivos e metas inerentes aos níveis de ensino e/ou modalidade de educação contida na estrutura do Plano Decenal, pelo respectivo órgão ou setor que atua com a educação no Estado de Rondônia e/ou órgãos afins.

Art. 6º. No prazo de 02 (dois) anos de vigência da presente Lei Complementar, o Estado, em articulação com os Municípios e com a Sociedade Civil, procederá à avaliação da implementação do Plano Estadual de Educação e proporá à Assembleia Legislativa as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e/ou distorções detectadas no percurso do mesmo, sendo que:

I - o processo avaliativo deverá ser democrático, periódico, sistemático e coordenado por uma comissão interinstitucional de acompanhamento e avaliação do plano, a ser instituída pelo Governo do Estado; e

II - a realização desse processo culminará no Fórum Estadual de Educação, como espaço interinstitucional, que realizará, a cada 02 (dois) anos, uma síntese da realidade educacional do Estado.

Art. 7º. Os casos omissos serão dirimidos a critério da SEDUC.

Art 8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.